

# BRASILEIROS EM BUSCA DO BRASIL

VERDADES, MENTIRAS E (DE)NEGAÇÕES

*Carlos Cesar Marques Frausino*

*O Brasil tem um enorme passado pela frente*

Millôr Fernandes

Certa vez, Tom Jobim, afirmou: o *Brasil não é para principiantes*. Mas como pensar ou *apreender* o Brasil e a construção de laços sociais que consolidem um estado de direitos e um estado de bem-estar social? Metodologicamente, talvez o *paradoxo* possa ser um método para entender o Brasil. Os chamados “intérpretes do Brasil” – Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Antonio Cândido, Florestan Fernandes, Raimundo Faoro, Fernando Novais, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Milton Santos, entre tantos outros – ainda hoje nos instigam a pensar o quão problemático era e é interpretar uma realidade sempre em movimento e nunca totalizada.

Apesar das inúmeras características brasileiras, uma delas merece destaque: a *Negação*, tal como descrito por Freud em 1925. Desse lado do Equador, no Brasil, não há uma tensão e/ou dialética entre verdade (ou o sentido da verdade) e mentira, mas sim entre (de)negação e verdade. Os brasileiros, por mecanismos de cisão e negação, negam a nossa história. Mas quais brasileiros? Aí já é outro texto.

Sempre é delicado fazer mediações teóricas entre conceitos clínicos para aqueles utilizados na análise de fenômenos sociais, mas os conceitos de cisão e negação podem

nos inspirar a pensar o quanto a sociedade brasileira nega as suas mazelas. Esse fato está na raiz do estímulo da não construção de “laços sociais” efetivos e perenes no Brasil e na gênese da atual crise na qual estamos imersos, sem precedentes na nossa história.

*Há vasta literatura que aponta que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão no Ocidente, mas segue marcado pelas desigualdades sociais e pratica um racismo silencioso, igualmente perverso. Apesar das discriminações não constarem do corpo da legislação vigente, os pobres, e principalmente os negros, percebem menos pelo seu trabalho, as populações negras são ainda as mais culpabilizadas pela Justiça etc.*

O Brasil recebeu 40% dos africanos que compulsoriamente deixaram seus países, sob o regime da escravidão, cerca de 3,8 milhões de imigrantes. Ou seja, com 60% de sua população composta por pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano depois da Nigéria (segundo L. Schwarcz e H. Starling em *Brasil: uma biografia*, 2015, Companhia das Letras). Uma rápida pesquisa nos dados do IBGE permite observar essas discriminações.

Mas a “verdade ou sentido da verdade”, enquanto país, está intimamente ligada à construção de laços fraternos e da cidadania. No

Brasil, estamos longe da consolidação desses fatos. Em janeiro de 2011, o Brasil criou a Comissão Nacional da Verdade, ou Comissão da Verdade, que previa a apuração das violações aos direitos humanos no período entre 1946 e 1988, intervalo entre as duas últimas Constituições do país.

É um tema delicado para a sociedade brasileira. Pois, envolve um período, principalmente entre 1964 e 1979, quando foi sancionada a Lei da Anistia, em que o Brasil

viveu submerso numa ditadura militar, com restrições às liberdades individuais e coletivas, supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política dos que eram contrários ao regime. Uma chaga ainda não cicatrizada, mesmo com restabelecimento do regime democrático e a promulgação da Constituição em 1988. Ainda hoje, há cicatrizes abertas resultado da tortura, mortes e desaparecimentos de pessoas.

A Comissão não teve poderes para punir



agentes da ditadura. No entanto, as investigações incluíam a apuração de autoria de crimes como tortura, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, perdoados com a Lei da Anistia, de 1979.

O Brasil era o único país da América do Sul que teve sua história recente marcada por uma ditadura e que ainda não tinha instituído uma comissão de verdade e reconciliação. Nossos companheiros de Mercosul, todos, já passaram pela experiência. A comissão argentina, intitulada *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, funcionou nos anos de 1983 e 1984 e publicou seu relatório em 1985, relativo à investigação de eventos ocorridos entre 1976 e 1983. O Uruguai teve não apenas uma, mas duas comissões semelhantes, em 1985 e em 2000. E, no Paraguai, a Comissão da Verdade e Justiça foi criada em 2003.

No restante da América Latina, países como a Colômbia, El Salvador, Guatemala, Panamá, Peru, Bolívia, Granada e Equador também criaram suas comissões de verdade e reconciliação, com diferentes graus de sucesso. O Chile, para não nos esquecermos de outro exemplo importante, teve duas comissões: uma, concluída em 1991, que se concentrou nos casos de assassinatos e desaparecimentos, e outra, de 2004 e 2005, que se voltou para os casos não fatais de violação dos direitos humanos ocorridos no país durante a ditadura de Augusto Pinochet.

Há obstáculos para buscar a verdade e caminhar no “sentido da verdade”, no período de que tratou a Comissão Nacional da Verdade. Durante algum tempo foi impossível superá-los, negando tanto a possibilidade de se perceber e reconhecer os fatos como aconteceram, como até mesmo sua existência. Em outros tempos, foi quase impossível conhecê-los, levá-los em consideração, lidar com eles. No entanto, hoje é possível descerrar a névoa que permeia esses crimes contra os direitos humanos.

Em 10 de dezembro de 2014, a Comissão da Verdade apresentou seu relatório à sociedade brasileira. Apesar do trabalho e das investigações da Comissão, sua repercussão no Brasil foi quase inexistente.<sup>3</sup> Fica a pergunta: por que? Um capítulo, sem luz, da história brasileira é sistematizado e apresentado para a população, mas as discussões foram localizadas, a imprensa dedicou poucas linhas ao assunto.

Paulo Cesar Sandler, no texto “Psicanálise e Verdade”, apresentado na Sociedade de Psicanálise de São Paulo, em 1999, destaca

que “Freud descobriu a psicanálise centrando-se na busca pela verdade e desenvolveu a psicanálise desse modo, abandonando teorias que mostraram-se falsas. Não se vai buscar algo que não tenha sido perdido; haver uma busca revela intrinsecamente que há um relacionamento de amor e ódio do ser humano com o par antitético verdade/mentira”. Não se trata de fazer psicanálise aplicada, mas sim de reconhecer que o edifício teórico e clínico da psicanálise pode inspirar e contribuir para que fatos possam ser investigados e desvendados com o devido cuidado e intensidade necessária. O que impõe a necessidade de se estabelecer confrontos e correlações entre fatos passados e o presente; realidade e fantasia; paradoxos e contradições; verdades e mentiras etc.

Para finalizar, utilizo as palavras de Bion no seu texto clássico “Necessidade de verdade e necessidade de reajustar constantemente os desajustes”: “[...] os procedimentos psicanalíticos pressupõem que haja, para o bem-estar do paciente [*e da sociedade*], um constante suprimento de verdade, tão essencial para a sobrevivência física. Além disso, pressupomos que uma das precondições para sermos capazes de descobrir a verdade, ou pelo menos para procurá-la na relação que estabelecemos conosco e com os outros, é descobriremos a verdade sobre nós mesmos [*a sociedade brasileira*]”.

Como afirma Adir Blanc: *O Brasil não conhece o Brasil/ O Brasil nunca foi ao Brasil.*

#### (ENDNOTES)

3 Quase todo o trabalho da Comissão e o seu relatório final podem ser vistos no sítio eletrônico: <http://www.cnv.gov.br/>



Carlos Cesar Marques Frausino é membro do Instituto de Psicanálise Virginia Leone Bicudo da Sociedade de Psicanálise de Brasília